

Senado aprova MP e desobstrui pauta

Proposta que altera a estrutura de secretarias vinculadas à Presidência da República retorna à Câmara dos Deputados em razão de emendas apresentadas por senadores da oposição e aprovadas pelo Plenário. **Página 5**



Combate à exploração sexual

Comissão do Congresso presidida pela senadora Patrícia Saboya discute avanços e problemas no combate à exploração de crianças e adolescentes. **Página 6**



Roseana Garcia, ao lado do senador Efraim Morais, discorda da tese de crime comum no caso de Toninho do PT

Enquanto Roseana Garcia acredita que Toninho do PT foi assassinado por contrariar interesses econômicos em Campinas, Ivone Santana descarta "crime de mando" no caso Celso Daniel

Prefeito morreu por afetar "gente graúda", afirma viúva

A viúva de Toninho do PT – prefeito de Campinas, assassinado em 2001 –, Roseana Garcia, reafirmou na CPI dos Bingos a convicção de que seu marido foi morto por denunciar superfaturamento de obras e licitações

com "cartas marcadas". Roseana lamentou que Lula não tenha cumprido a promessa de acionar a Polícia Federal para investigar o caso, como lhe prometera. Já Ivone Santana, companheira de Celso Daniel – prefeito de Santo

André, morto em janeiro de 2002 –, disse acreditar em crime comum nesse caso. Hoje, a CPI ouve o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira e o deputado Jamil Murad, que acompanhou a necropsia de Celso Daniel. **Página 3**

TV Senado lança documentário sobre antropólogo Lèvy-Strauss

A TV Senado lançou ontem o documentário intitulado *Lèvy-Strauss: Saudades do Brasil*, que reconstitui a experiência do pensador francês – hoje com quase cem anos de idade – no Brasil, no início de sua carreira. O vídeo, dirigido pela jornalista Maria Maia, conta a história do antropólogo, que fez parte do grupo de professores europeus que deram aula na então recém-criada

Universidade de São Paulo (USP).

À cerimônia de lançamento do documentário, na Biblioteca do Senado, compareceram o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Neto; o senador José Sarney; o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg; e funcionários da TV. O filme será exibido ainda este mês.



Sarney discursa no lançamento do filme, dirigido por Maria Maia (D)



Ministro Nelson Jobim (D) apresenta proposta a Renan Calheiros (E), Aloizio Mercadante, Fernando Bezerra e Ney Suassuna

Renan, Jobim e líderes discutem precatórios

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, apresentou na noite de ontem, na residência do presidente do Senado, Renan Calheiros, uma proposta técnica e jurídica para resolver o problema dos precatórios, que vem afetando gravemente

as finanças dos estados e municípios. Além de Renan e Jobim, participaram do encontro líderes dos partidos na Câmara e no Senado.

Conforme Jobim, as dívidas dos estados estão atualmente em torno de R\$ 42 bilhões, enquanto os municípios devem perto de

R\$ 20 bilhões. A prefeitura de São Paulo responderia pela metade das dívidas dos municípios, ou seja, R\$ 10 bilhões.

Pela proposta do presidente do STF, os entes federativos assumiriam responsabilidades que garantiriam benefícios recíprocos.

Protocolo de intenções estabelece cooperação técnica e intercâmbio de informações entre a Casa, o TCDF e o TJDF



Efraim (C) conversa com o presidente do Tribunal de Justiça do DF, José Jeronymo

Cooperação entre Senado e tribunais

Os conhecimentos técnicos do Senado Federal, do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) serão compartilhados pelos servidores das três instituições. Foi assinado ontem protocolo de intenções para estabelecer cooperação técnica e intercâmbio de informações entre os três órgãos. Agora, funcionários do TCDF e do TJDFT poderão matricular-se nos cursos oferecidos

pelo ILB (Instituto Legislativo Brasileiro), pela Unilegis (Universidade do Legislativo) e pelo Interlegis (Comunidade Virtual do Legislativo) e os servidores do Senado também terão o direito de participar de cursos dos tribunais.

A medida, já implantada entre o Senado, o Banco Central, o Banco do Brasil e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, deve ser estendida ainda ao Ministério Público, afirmou Efraim Morais (PFL-PB), 1º secretário da Casa.

Servidor leva teatro de bonecos para Gravataí

A Escola Municipal Santa Madalena, de Gravataí (RS), teve um dia diferente ontem. O servidor do Senado Josias Wanzeller da Silva realizou duas apresentações do espetáculo de mamulengo *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte* para os mais de 200 alunos da instituição. A arte popular nordestina fez sucesso em território gaúcho.

Bancada do Acre fala sobre parque nacional

A bancada do Acre no Congresso recebeu ontem carta do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor (AC) com as principais preocupações e demandas do colegiado em relação à população que mora no local ou que explora seus recursos. O coordenador da bancada, senador Tião Viana (PT-AC), disse que a carta será entregue à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Sessão do Congresso

O Congresso Nacional realiza, às 9h, sessão para analisar vetos presidenciais a projetos e créditos adicionais solicitados pelo Executivo. Na pauta do Senado, que tem sessão marcada



para as 14h, propostas de emendas constitucionais (PECs) como a que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira (PEC 59/04).

Anderson Adauto fala à CPI do Mensalão

A CPI do Mensalão ouve, às 11h30, o ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto, cujo assessor, José Luiz Alves (que fala hoje à Sub-Relatoria de Fontes Financeiras da CPI dos Correios), alega ter recebido R\$ 1 milhão das contas de Marcos Valério a pedido de Adauto. Haverá ainda a oitiva de Marcelino Pies, tesoureiro do diretório do PT no Rio Grande do Sul, apontado por Valério como beneficiário de saques de suas contas.



Interbrazil volta ao debate na CPI dos Correios

Às 10h, a Interbrazil, empresa de seguros acusada de colaborar para o caixa dois do PT goiano, é novamente tema da CPI dos Correios. Serão ouvidos Maurício Panque, Bruno Prada e Maria Cristina da Cruz, ex-dirigentes

da seguradora, e ainda René Garcia Júnior, funcionário da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Garcia Júnior declarou que a Interbrazil responde a cerca de 60 processos na Susep, que regula o mercado de seguros.



CCJ analisa voto em trânsito e sigilo postal

Em reunião às 9h30, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discute o projeto que determina o voto do eleitor que esteja fora do seu domicílio eleitoral, o voto em trânsito (PLS 207/04). O colegiado examina também proposta que permite a interceptação de correspondências de presos para auxiliar nas investigações policiais (PLS 11/04).

Sub-relatorias: franquias, contas do PT e Banco Rural

Às 14h, reúnem-se as sub-relatorias da CPI dos Correios. A de Contratos ouve Emily Sônia Yamashita, presidente da Associação Brasileira das Franquias dos Correios, e Ernesto Duarte, sócio da franqueada

do Shopping Tamboré (SP). A de Fontes Financeiras interroga a ex-tesoureira do PT de Londrina Soraya Garcia; o ex-assessor de Anderson Adauto, José Luis Alves; e Renato Souza, funcionário do Banco Rural.

Orçamento de 2006

A partir das 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) continua a discutir o Orçamento de 2006. Uma das reivindicações dos parlamentares é o aumento do valor destinado às emendas individuais. Também em pauta projetos que abrem crédito suplementar para diversas áreas do Executivo.

Angra III em discussão

A construção da usina nuclear Angra III será debatida em audiência da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, às 10h, por diretores da Eletronuclear e da Comissão Nacional de Energia Nuclear do Ministério da Ciência e Tecnologia, físicos e um pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Romeu Tuma, Papaléo Paes e Mão Santa e pela senadora Iris de Araújo

Jane Araújo



Amir Lando, presidente da CPI do Mensalão, toma depoimento do deputado

Ronivon nega ter vendido voto a favor da emenda da reeleição

O deputado Ronivon Santiago (PP-AC) negou à CPI do Mensalão ter recebido proposta financeira para votar a favor da emenda que permitiu a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso e ressaltou que seus sigilos fiscal e bancário foram quebrados em 2000, oferecendo-os novamente à CPI. Ele disse que só renunciou à época porque estava sendo vítima de um “fato político” e seria cassado por esse motivo.

O deputado negou ainda saber que o dinheiro para o pagamento de seu advogado tenha sido proveniente do PT, conforme assegurou o presidente do PP, deputado Pedro Correa.

Após afirmação do deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), de que o depoimento de Santiago é “requentar comida fria”, o presidente da CPI, senador Amir

Lando (PMDB-RO), lamentou que as discussões estejam sendo “politizadas e partidarizadas” e criticou a convocação do ex-deputado.

Chicão Brígido

O ex-deputado Chicão Brígido (PMDB-AC) também negou à CPI que tenha recebido R\$ 200 mil para votar a favor da reeleição, acusação da qual foi absolvido em 1998, pela Câmara. Os deputados Zulaiê Cobra (PSDB-SP) e Júlio Redecker (PSDB-RS) criticaram a convocação de Chicão Brígido, sob o argumento de que os governistas vêm tentando produzir uma “cortina de fumaça” para desviar a atenção do foco da comissão, que, segundo eles, deveria ser a compra de votos pelo PT. Como resposta, a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) declarou que “o PSDB não agüenta ser investigado”.

Governador fala sobre irregularidades em Rondônia

O governador de Rondônia, Ivo Cassol, prestou esclarecimentos à comissão especial que investiga denúncias de irregularidades na assembléia legislativa do estado. Ele foi questionado a respeito de denúncias de deputados de Rondônia que o incriminam e negou sua participação nos esquemas de “mensalão” e extorsão, afirmando que nunca fez acordo com os deputados denunciados.

Ivo Cassol acrescentou que as gravações foram feitas com o intuito de se proteger e que demorou para mostrá-las à imprensa porque precisava ganhar

tempo enquanto era pressionado pelos deputados. Ele disse sofrer pressões políticas desde que assumiu o governo, mas conseguiu atingir seu objetivo, o de provar a existência de uma folha de pagamento paralela na Assembléia Legislativa de Rondônia e de contratos fantasmas que favoreciam empresas de alguns deputados do estado.

As fitas gravadas por Ivo Cassol incriminam sete deputados, mas os relatórios da comissão mostram até 23 envolvidos nos esquemas de corrupção da assembléia.



Demostenes Torres (E) e Sibá Machado, relator e presidente da comissão, ouvem Cassol

Roseana Garcia contestou mais uma vez a Polícia Civil de São Paulo e disse que seu marido foi morto por denunciar, entre outros, casos de superfaturamento de obras

Viúva de Toninho do PT reafirma que morte não foi crime comum

Em depoimento à CPI dos Bingos, Roseana Garcia, viúva de Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT – prefeito de Campinas (SP) assassinado em setembro de 2001 –, voltou a afirmar ontem que o marido foi morto por questões político-administrativas, não tendo sido vítima de crime comum, conforme reconheceu a Polícia Civil de São Paulo.

Num depoimento emocionado, Roseana garantiu que o inquérito que apurou a morte de Toninho “foi malconduzido” e sustentou que tudo leva a crer que ele foi assassinado por denunciar superfaturamento de obras e licitações públicas com “cartas marcadas”. Roseana citou a licitação para construção do metrô de superfície de Campinas, que jamais entrou em funcionamento, no valor de US\$ 80 milhões.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) informou que, por solicitação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, determinou que a Polícia Federal passasse a investigar o assassinato do prefeito.

Roseana estranhou o fato de Lula, ao ser eleito presidente



Roseana: inquérito que apurou a morte de Toninho do PT “foi malconduzido”

da República, não ter acionado, de imediato, a PF para apurar a morte do prefeito, conforme havia prometido a ela. A viúva disse ainda que a morte de Toninho poderia ter sido acertada no interior de um bingo com sede em Campinas e supostamente testemunhada por um garçom que já chegou a depor na polícia usando o codinome Jack. A CPI resolveu requisitar o depoimento do garçom.

Depoimentos

Hoje, às 11h30, a CPI dos Bingos ouviu o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira e o médico

e deputado federal Jamil Murad (PCdoB-SP), que acompanhou a necropsia do corpo de Celso Daniel, prefeito de Santo André (SP), também assassinado, em janeiro de 2002. Amanhã, às 10h30, serão ouvidos o advogado Rogério Tadeu Buratti e o economista Vladimir Poletto, ex-assessor do ministro Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto, em 2002. Poletto teria informado à revista *Veja* sobre sua participação no transporte, de Brasília para São Paulo, de cerca de US\$ 3 milhões vindos de Cuba para a campanha eleitoral de Lula.

Ex-namorada de Celso Daniel inocenta assessor de Lula

Ivone Santana, companheira de Celso Daniel, prefeito de Santo André assassinado em janeiro de 2002, defendeu o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, em depoimento ontem à CPI dos Bingos. Ivone qualificou Carvalho como um assessor “da absoluta confiança” do prefeito e disse não acreditar na versão apresentada em acareação na CPI pelos irmãos de Celso Daniel, João Francisco e Bruno, que acusaram Carvalho de participar de um suposto esquema de recebimento de propinas na prefeitura. Segundo ela, o prefeito “nunca permitiria” a corrupção.

– Eu tenho um sentimento de que não foi um crime de mando – afirmou.

Para refutar a hipótese de que Celso Daniel pudesse compartilhar com os irmãos detalhes da administração municipal, Ivone

disse que Celso Daniel “não tinha nem proximidade nem intimidade com a família”.

Depoimentos sigilosos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) entregou à comissão as gravações de depoimentos tomados por ele, com a participação do senador Romeu Tuma (PFL-SP) e de promotores, no fim de semana em São Paulo. Suplicy informou que foram ouvidas, em caráter sigiloso, além da faxineira de Celso Daniel, duas testemunhas do seqüestro do ex-prefeito, uma mulher e um homem. As identidades não foram reveladas porque os dois estão sob o regime de proteção de testemunhas.

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), marcou para a quinta-feira da próxima semana o depoimento do empresário Sérgio Gomes da Silva, conhecido como



Gilberto Carvalho era um assessor “da absoluta confiança” do prefeito, diz Ivone

Sombra, principal suspeito de articular o assassinato de Celso Daniel. No mesmo dia, devem ser ouvidos pela comissão Klinger Oliveira de Souza, ex-secretário de Serviços Municipais de Santo André, e o empresário Ronan Maria Pinto, ambos acusados de participar do suposto esquema de corrupção na prefeitura.

José Cruz

Márcia Kolome

Entrevista do presidente da República na milésima edição do programa *Roda Viva*, da TV Cultura, na segunda-feira, recebeu duras críticas em Plenário

Para oposição, Lula decepciona e omite a verdade

A entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, veiculada na noite de segunda-feira, foi duramente criticada pelos senadores em Plenário. Na opinião de Antonio Carlos Magalhães, "o país assistiu envergonhado à entrevista".

O parlamentar disse que os jornalistas mostraram que o Brasil "não tem governo". Para Mão Santa, Lula governa para os ricos e não para os pobres, ao contrário do que teria sido afirmado pelo presidente durante a milésima edição do programa. José Jorge condenou a "arrogância, insensibilida-

de e desinformação" do entrevistado. Já Alvaro Dias e José Agripino criticaram a opinião do chefe do Executivo de que não há provas sobre o "mensalão". Para Arthur Virgílio, Lula "rebaixou a majestade do cargo de presidente ao bater boca com jornalistas".

José Jorge



Segundo José Jorge, o presidente não dá sinais de ter aprendido com supostos desvios do PT

"Arrogância, insensibilidade e desinformação"

Ao avaliar a entrevista do presidente Lula, o senador José Jorge (PFL-PE) condenou "a arrogância, a insensibilidade e a desinformação" demonstradas pelo entrevistado ao ser questionado sobre os rumos do governo e a atual crise política. Além de achar que nada de errado ocorreu no país nos últimos tempos, o presidente da República não teria, segundo o pefelista, dado sinais de ter aprendido com supostos desvios praticados por membros do PT e parlamentares aliados.

José Jorge também apontou contradições de Lula, como a afirmação de que ele não teria dificultado a abertura de comissões de inquérito. O senador lembrou que a oposição precisou ir à Justiça para instalar a CPI dos Bingos.

Mão Santa



Lucros dos bancos são muito superiores aos investimentos em saneamento, lamenta Mão Santa

"Governo favorece os ricos e não os pobres"

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "governa para os ricos, e não para os pobres". O senador destacou manchetes das páginas de economia dos jornais, informando que o banco Bradesco teve, em nove meses, um lucro de R\$ 4,05 bilhões, o maior da sua história.

– O Itaú anunciou um lucro de R\$ 3,8 bilhões. O saneamento recebeu até agora apenas R\$ 43 milhões. O lucro do Itaú e do Bradesco foi 148 vezes maior que o dinheiro que os milhares de municípios receberam para água e esgoto. Isso é governar para os pobres? – questionou.

Mão Santa, que considerou o governo Lula "irresponsável e mentiroso", condenou os gastos com publicidade do Executivo.

Antonio Carlos



"Jornalistas foram excepcionais em mostrar que o país não tem governo", afirma Antonio Carlos

"A nação foi humilhada pelo presidente"

"O país assistiu envergonhado" à entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no programa *Roda Viva*, afirmou Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Apesar de o presidente contestar a existência de "mensalão" no Congresso, disse, os entrevistadores teriam desconsiderado sua afirmação e sustentado, segundo ACM, o recebimento desse dinheiro ilegal por parlamentares aliados. Lula teria achado normal ainda, conforme acrescentou, a empresa de seu filho Fábio receber R\$ 5 milhões da Telemar.

– Dificilmente um homem público teria coragem de humilhar tanto a nação. Os jornalistas se portaram com educação, mas com firmeza, e foram excepcionais em mostrar que o país está sem governo – afirmou.

Arthur Virgílio



Para Arthur Virgílio, Lula mentiu ao negar conhecimento sobre prática de caixa dois no PT

"País tem um governante primário"

Ao comentar a entrevista concedida pelo presidente da República na segunda-feira, Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) afirmou que o entrevistado "rebaixou a majestade do cargo de presidente ao bater boca com os jornalistas".

– Lula foi desmentido, foi ao chão, foi banal, vazio. Foi esse o Lula que eu vi e ouvi – afirmou.

Para o líder tucano, Lula mentiu ao negar conhecimento sobre prática de caixa dois em seu partido. Virgílio lembrou que o presidente já havia admitido saber dos recursos não contabilizados em entrevista durante viagem à França.

– Foi uma decepção saber que o Brasil, tão grande e de economia tão sofisticada, seja governado por homem tão primário – lamentou o senador.

José Agripino



Agripino observa que, quando se tratava de corrupção, o presidente dizia nada saber

Entrevista mostra "falta de sinceridade"

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), criticou o desempenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no programa *Roda Viva*, dizendo que, embora ele desse a impressão de saber tudo sobre vários assuntos, "quando se tratava de corrupção, não sabia de nada", responsabilizando outros membros do PT.

– Como um homem aparenta saber de tudo e não saber da coisa mais importante para o país no momento, que é sobre a moralidade? Sua entrevista pareceu uma peça perfeita de insinceridade – disse.

Agripino observou que, enquanto o presidente falava "em detalhes" sobre a febre aftosa, "esquecia de explicar" que os recursos para o combate à doença "ficaram retidos para fazer superávit fiscal".

Alvaro Dias



Alvaro Dias reconhece que Lula "avançou um pouco" ao assumir sua responsabilidade na crise

Há provas suficientes sobre o "mensalão"

Alvaro Dias (PSDB-PR) reconheceu que o presidente "avançou um pouco" ao assumir sua responsabilidade na atual crise, mas disse não concordar com a opinião de Lula de que não há provas sobre pagamento de propina a parlamentares em troca de apoio ao governo.

– Quantos já confessaram? Desde Marcos Valério, Delúbio Soares, Duda Medonça e outros. Já há até renúncia de parlamentares, mas o presidente prefere dizer que não existem provas – comentou o senador.

Segundo Alvaro Dias, o presidente da República manipula dados para alardear o desenvolvimento do país, omitindo que o crescimento brasileiro é inferior ao de países mais pobres, como Cuba, Paraguai e Nicarágua.

Aloizio Mercadante



País vive clima de liberdade, investigações e crescimento econômico

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu as afirmações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na entrevista concedida ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura. O parlamentar destacou o fato, enfatizado por Lula na entrevista, de

que o país vive, como em poucas vezes em sua história, um clima de liberdade, de apuração e investigações, mantendo a rotina nacional mesmo com várias comissões parlamentares de inquérito em funcionamento.

Mercadante lembrou que Lula

cobrou da oposição a mesma coragem que tem tido nas acusações para inocentar os acusados injustamente. Ele salientou a menção do presidente à experiência da Itália, que, embora dolorosa, teria ajudado a aprimorar a democracia, criando mecanismos de controle.

Para o parlamentar, as investigações no Brasil contribuirão para o aprimoramento do Estado.

Mercadante enumerou os avanços econômicos do governo e ressaltou que, nos momentos mais difíceis da crise, Lula não recorreu ao populismo econômico.

Sub-relator suspeita de conluio entre empresas para superfaturar preços

O sub-relator de Contratos da CPI dos Correios, deputado José Eduardo Cardoso (PT-SP), afirmou ontem, durante a oitiva do sócio da empresa Aeropostal, Roberto Kfourí, que há indícios de que houve uma espécie de conluio entre empresas de transporte aéreo que participaram de processos licitatórios nos Correios para garantir que os preços ficassem superfaturados.

Um dos episódios que mais causou estranheza ao deputado foi o Pregão 045, de dezembro de 2001. Participaram quatro empresas: a Aeropostal, a Total, a Skymaster e a Beta. A Total foi desclassificada e a vencedora da disputa foi a Skymaster, que apresentou uma proposta final de R\$ 369,5 mil por operação diária. Mais tarde, técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) concluíram que um

preço adequado não passaria de R\$ 272 mil. Cardoso revelou que a Aeropostal apresentou a proposta sem ter condições de cumprir o contrato – a empresa não possuía o Certificado de Homologação de Empresas de Transporte Aéreo e não tinha sequer uma aeronave.

Kfourí entrou no ramo do transporte aéreo em 1993. Mais tarde, vendeu sua empresa a Ioannis Amerssonis, que a transformaria na Beta. Em 1998, voltou para a Beta, a convite de Antônio Augusto Leite Filho, dono da Promodal, que controlava, entre outras empresas, a Skymaster. Kfourí logo se tornou diretor-executivo da Beta, mas em 2001 se tornou sócio da Aeropostal.

Os técnicos do TCU calculam que o prejuízo com os contratos superfaturados com a Skymaster gire em torno de R\$ 64 milhões.



Antero ressalta que comportamento de ministro gera conflito entre Poderes

Antero: Thomaz Bastos sonega informações

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) acusou ontem o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de sonegar informações pedidas pela CPI dos Correios e de vazar as mesmas informações para a imprensa. O senador disse que este comportamento cria conflitos entre os Poderes. As informações sonegadas, disse o senador, referem-se a depósitos nas contas do publicitário Duda Mendonça no exterior.



Ideli pede trabalho criterioso antes da divulgação de conclusões

Ideli defende apuração mais rigorosa em CPI

Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu ontem apuração mais criteriosa nas investigações feitas pela CPI dos Correios antes da divulgação de conclusões.

Na semana passada, em entrevista à imprensa, o relator Osmar Serraglio (PMDB-PR) vinculou R\$ 10 milhões transferidos pela Visanet à agência de publicidade DNA a R\$ 9,1 milhões recebidos pelo Partido dos Trabalhadores por meio de empréstimo.

Senado aprova nova estrutura do governo e desobstrui pauta

Projeto resultante de medida provisória reorganiza secretarias vinculadas à Presidência da República

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão 27/05, proveniente da Medida Provisória 259/05, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e autoriza prorrogação de contratos temporários. O projeto volta à Câmara dos Deputados. Com a votação do PLV, a pauta de deliberações foi desobstruída.

O projeto extingue a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão e cria o Núcleo de Assuntos Estratégicos e a Subsecretaria de Comunicação Institucional, esta subordinada à Secretaria-Geral. Também transforma a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais em Secretaria de Relações Institucionais. A Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República passa a ser chamada de Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência.

O PLV autoriza também a Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

a prorrogar, por até 24 meses, os contratos temporários dos agentes de saúde no Rio de Janeiro, conhecidos como mata-mosquitos e prorroga contratos temporários para assistência a situações de calamidade pública.

Embaixadores

O Senado aprovou ainda seis indicações da Presidência da República para a chefia de embaixadas. Adhemar Gabriel Bahadian chefiará as embaixadas brasileiras na Itália, na Albânia e em San Marino. Fausto Martha Godoy será embaixador junto ao Paquistão e ao Afeganistão. José Vicente de Sá Pimentel acumulará a chefia das embaixadas na Índia e no Nepal. Carlos Augusto Rego Santos Neves será embaixador na Rússia, no Uzbequistão e no Turcomenistão. Dante Coelho Lima chefiará a embaixada na Sérvia e Montenegro e Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas será embaixador no Líbano.

Sessão conjunta do Congresso tem pauta extensa na manhã de hoje

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou em Plenário, durante a sessão deliberativa de ontem, que será realizada hoje sessão conjunta do Congresso na qual serão apreciados três projetos de lei, um projeto de resolução e um requerimento. A sessão, que começa às 9h, também será destinada à apreciação de vetos presidenciais.

Durante a sessão, deve ser apreciado o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 43/05 que abre crédito suplementar para o Ministério da Defesa no valor de R\$ 1,12 bilhão. O crédito suplementar é destinado ao reajuste de 13%, a partir de outubro último, para os militares das Forças Armadas. O aumento será estendido aos militares da reserva e aos pensionistas.

Outros projetos que estão na pauta são o PLN 35/05, que abre crédito suplementar de R\$ 255,97 milhões em favor dos ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, e o PLN 29/05, que altera o programa Gestão Pública para um Brasil de Todos. O projeto de resolução do Congresso 1/05, a



Renan anuncia que Senado vai realizar sessões deliberativas nos dias 16, 17 e 18

ser apreciado na sessão, ratifica o Estatuto do Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa. O requerimento que prorroga até 15 de dezembro os trabalhos da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário é outro item que pode ser apreciado.

Renan informou ainda que, em virtude do feriado da Proclamação da República (15 de novembro), o Senado vai realizar sessões deliberativas nos dias 16, 17 e 18 da semana que vem. A sessão de quarta-feira será realizada às 14h, a de quinta-feira às 10h e a de sexta-feira às 9h.

Célio Azevedo



Luiz Otávio (C) e Elizabeth Farina (D) durante a sabatina de Luís Fernando Schuartz (E)

CAE aprova empréstimo de US\$ 30 milhões para o Maranhão

Ao rejeitar oito emendas que haviam sido apresentadas à matéria em Plenário, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) confirmou ontem parecer favorável a projeto que autoriza a contratação de empréstimo externo de US\$ 30 milhões pelo Maranhão junto ao Banco Mundial. A operação, que destina recursos para o combate à pobreza rural no estado, agora voltará ao Plenário, com pedido de urgência.

O governo maranhense vem cobrando insistentemente a aprovação da matéria (PRS 44/04), em tramitação desde dezembro do ano passado. Havia temor pelo esgotamento do prazo para sua deliberação, no dia 18 próximo.

Indicação para o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a indicação do economista Luís Fernando Schuartz para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Vinculado ao Ministério da Justiça, o órgão é responsável

pelo julgamento de crimes contra a defesa econômica, como os casos de formação de cartéis entre empresas.

Schuartz é bacharel em Direito e em Matemática, além de doutor em Direito, curso concluído na Alemanha. Como pesquisador visitante, realizou trabalhos em universidades de diversos países europeus. Na apreciação da CAE, ele contou com 20 votos a favor de sua indicação e um contra.

Compareceram à reunião a presidente do Cade, Elizabeth Farina, além do titular da Secretaria Nacional de Direito Econômico (SDE), Daniel Goldemberg. Os senadores aproveitaram para manifestar preocupação com a lentidão do exame das denúncias e processos encaminhados aos dois órgãos. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) salientou as qualificações do indicado, segundo ele demonstrativa de escolha técnica, orientada pela “não-politização” e “aparelhamento” do órgão.

Roosevelt Pinheiro

Representante das Nações Unidas faz apelo ao Congresso ao participar de reunião das comissões de Relações Exteriores e de Direitos Humanos do Senado



Da esquerda para a direita, Philippe Lavanchy, António Guterres, Roberto Saturnino, Cristovam Buarque e Luís Varese

Alto comissário pede que Brasil ratifique convenção da ONU

O alto comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para refugiados, António Guterres, pediu ontem que o Congresso Nacional promova esforços para que o Brasil ratifique a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, proclamada pela ONU em 1961 e já assinada pelo Brasil. Guterres frisou que, com a confirmação da chamada Convenção 61, o Brasil terá assinado e ratificado todas as convenções da ONU relativas a direitos humanos, o que mereceu elogios do alto comissário.

A convenção da ONU busca união entre os países signatários

para o auxílio a pessoas em qualquer parte do mundo que estejam em situação de casos de apatridia, ou seja, aquelas pessoas que, por diferentes motivos, não receberam o estatuto de cidadão por um Estado e assim não têm uma nacionalidade.

O apelo de Guterres foi feito durante reunião conjunta entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no início da tarde de ontem. A reunião foi presidida pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da CRE, e

pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CDH. Participaram ainda da solenidade Luís Varese, representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), Philippe Lavanchy, também da Acnur, e os senadores Marcelo Crivella (PMR-RJ), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP), Marco Maciel (PFL-PE) e Romeu Tuma (PFL-SP).

O alto comissário elogiou o Brasil, por ele considerado país exemplar no tratamento a refugiados.

Iris de Araújo cobra respeito aos direitos humanos



Segundo Iris, direito à segurança pública é o mais desrespeitado no país

O Brasil está longe de cumprir a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948, na avaliação de Iris de Araújo (PMDB-GO). Ela salientou que o direito à segurança pública é o mais desrespeitado no país.

– Quando não se tem o direito primário da preservação da integridade física, então não se tem direito algum. Banaliza-se a vida no Brasil de uma maneira terrível, chocante, bárbara – afirmou a

senadora, que integra a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

Iris de Araújo lembrou também a discriminação a afro-descendentes, pardos e índios, além da falta de respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Disse que a luta para a manutenção dos direitos humanos deveria ser o esforço central do país, mas esforços como o “mensalão” acabam tomando conta dos debates.

Heloísa: governo não libera verbas para segurança

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) denunciou que o governo federal está retendo as verbas destinadas aos programas de segurança pública. Existem projetos que ainda não receberam “nem um centavo”, como é o caso das ações de prevenção à violência. O combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas, a cargo da Polícia Federal, que tem uma verba no Orçamento de R\$ 6,9 milhões, até agora recebeu

apenas R\$ 48 mil – ou 0,7%.

Este foi o terceiro discurso de Heloísa para comentar a decisão do governo de segurar recursos do Orçamento – na semana passada, ela tratou das áreas de saúde e de educação. Os investimentos em projetos de saúde, que deveriam contar neste ano com R\$ 2,6 bilhões, tiveram liberados cerca de 3%. O programa de moradia popular só recebeu 2% e o de saneamento, nem 3%.



Ações de prevenção à violência não receberam “nem um centavo”, diz Heloísa

Comissão do Congresso examina combate à exploração sexual

A Comissão Especial do Congresso formada para acompanhar o cumprimento das metas projetadas pelo relatório da CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizada em 2003 e 2004, reuniu-se ontem para discutir os avanços e problemas em 2005 quanto a políticas públicas de combate à exploração sexual.

Presidida pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), a audiência pública teve a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que mostraram os resultados de programas e campanhas nacionais promovidos este ano.

O secretário nacional de Assistência Social do MDS, Osvaldo Russo, explicou o programa Sentinela, que presta assistência psicossocial e jurídica às vítimas

de exploração sexual e às famílias: “O Sentinela está em 314 municípios, mas, para o próximo ano, o MDS estima que esse número quadruplique”.

Patrícia Saboya parabenizou a atuação do Ministério do Desenvolvimento Social, ressaltando que é importante a integração do programa Sentinela com as demais políticas públicas, como educação, saúde e segurança.

O diretor de Comunicação da Polícia Rodoviária Federal, Ricardo Torres, falou sobre a campanha nacional de combate à exploração sexual nas rodovias, intitulada “Proteja como se fosse sua filha”.

– Na primeira semana da campanha já conseguimos um aumento de 71% nas denúncias de casos de violência sexual registradas pelo disque-denúncia.



Osvaldo Russo fala à comissão, ao lado de Patrícia Saboya e da deputada Maria do Rosário

Linguagem inclusiva nos editais de concursos públicos

Os editais de concursos para preenchimento de cargos públicos poderão passar a incluir a versão feminina do título do posto ofertado – procurador e procuradora da República, por exemplo. A medida consta do Projeto de Lei 306/05, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e será analisado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta destina-se a incluir na legislação o uso da chamada linguagem inclusiva. Para evitar o que a autora identifica como discriminação de gênero, receberão flexão feminina e masculina os nomes de funções, cargos e empregos públicos. Passariam a ser designados com as devidas flexões de gênero os cargos eletivos e as patentes, postos e graduações das Forças Armadas.

Segundo o relator do projeto na CE, Marco Maciel (PFL-PE), a linguagem influencia o modo



Projeto de Serys foi aprovado na Comissão de Educação e vai ao exame da CCJ

de percepção social da realidade. E a crescente presença feminina em funções cada vez mais diversificadas no mercado de trabalho, na política e na administração pública exigiria a tradução da nova realidade para o vocabulário.

Petróleo

Em decisão terminativa, a CE acolheu o Projeto de Lei 332/04, de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), presidente da comissão, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Linhares (ES).

Foi ainda aprovado pelo colegiado novo convite ao ministro da Educação, Fernando Haddad, para que compareça à CE com o objetivo de discutir a situação do ensino superior.



Rodolpho Tourinho anuncia o encaminhamento de substitutivo ao projeto do senador Paulo Paim

Tourinho envia à CCJ Estatuto da Igualdade Racial

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciou o envio de substitutivo ao projeto do Estatuto da Igualdade Racial à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Tourinho informou que acrescentou apenas dois capítulos ao projeto original de Paulo Paim (PT-RS), um sobre o tema da religião de matriz africana e o outro tratando da questão da mulher negra.

– Trouxe o assunto ao Plenário porque há muito tenho dito que não apresentaria substitutivo que desfigurasse o projeto. Este substitutivo foi elaborado por razões técnicas e para incorporar dois temas que ainda não estavam no estatuto – explicou.

Tourinho informou ter havido reunião com lideranças de movimentos negros e representantes do governo, em que foram discutidas as cotas para negros em universidades e a criação do Fundo Nacional para a Promoção da Igualdade Racial.

Paim lança obra na Feira do Livro de Porto Alegre

Paulo Paim anunciou para a próxima sexta-feira, em Porto Alegre, o lançamento do livro *Salário Mínimo: Uma história de luta*, de sua autoria, informando que irá à 51ª Feira do Livro da capital gaúcha para uma sessão de autógrafos. O livro terá distribuição gratuita e contém textos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Fernando Collor e José Sarney.

Senador divulga acórdão do TCU determinando o repasse até o início do próximo mês dos recursos arrecadados no âmbito de programa de parcelamento de dívidas

Osmar Dias acusa governo federal de reter recursos dos municípios

O senador Osmar Dias (PDT-PR) classificou como de extrema gravidade o fato de o governo federal não ter repassado ainda a parte que cabe a estados e municípios do montante arrecadado pelo programa de parcelamento de dívidas chamado Parcelamento Especial (Paes). Osmar Dias pediu que o governo atenda à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), que obriga a União a fazer a reclassificação desses valores e repassá-los corretamente aos estados e municípios até o início de dezembro.

Em discurso ontem, o senador informou que, de 2003 a 2005, a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional já arrecadaram cerca de R\$ 6,1 bilhões relativos ao programa, e parte desse valor deve ser repassada pelo governo federal a estados e municípios para compor o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)



Osmar Dias questiona demora no repasse de recursos devidos a estados e municípios

e o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

– Esses recursos não pertencem à União e sim aos estados e municípios. Se o Ministério da Fazenda esconde os recursos é um fato gravíssimo que atinge a credibilidade das instituições – disse o senador, explicando que a União esqueceu

de atualizar os valores, penalizando com isso municípios e estados.

Segundo o acórdão divulgado pelo senador, o TCU determina à Receita Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional que concluam em 60 dias a reclassificação de receitas, para permitir a destinação dos recursos do programa Parcelamento Especial. O tribunal quer também que a Receita apresente as razões sobre a demora da reclassificação dos valores.

Osmar Dias afirmou que muitos municípios não terão como cumprir seus compromissos, como o pagamento do 13º salário dos servidores, caso não recebam o dinheiro devido pela União.

Na presidência dos trabalhos, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu que Osmar Dias encaminhasse o acórdão à Subcomissão de Assuntos Municipais, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Leonel Pavan critica demora na liberação de emendas

Leonel Pavan (PSDB-SC) relatou a preocupação de vereadores e prefeitos do país com a demora na liberação de verbas de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União (OGU) de 2005. O senador observou que, com a proximidade do fim de ano, deputados e senadores já cuidam de apresentar emendas ao OGU de 2006, mas, lamentavelmente, grande parte dos recursos federais de 2005 destinados aos municípios continua retida pelo governo.

Em aparte, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) endossou as considerações de Pavan sobre as dificuldades criadas pelo governo federal para liberar emendas parlamentares e atender a pleitos dos prefeitos. O pefelista também apelou pela conclusão da votação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que aumenta um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e pelo repasse de cerca de R\$ 3 milhões a estados e municípios, oriundos da



Leonel Pavan: vereadores e prefeitos ainda esperam recursos do Orçamento de 2005

arrecadação pela Receita Federal do programa Parcelamento Especial (Paes ou Refis 2), que seriam devidos pelo governo federal.

Mozarildo: queda nos repasses afeta prefeituras de RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reclamou de dificuldades enfrentadas por vários municípios de Roraima, como Uiramutã, Pacaraima e Roraimópolis. O senador criticou a falta de apoio dos órgãos federais na região, onde prefeitos enfrentam problemas financeiros devido à queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

Mozarildo lamentou o fato de o



Mozarildo lamenta dificuldades ligadas à falta de apoio dos órgãos federais

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ter criado assentamentos no sul do estado e depois abandonado os colonos à

própria sorte, sem fornecer assistência técnica nem financiamento adequado.

– A incerteza quanto à propriedade de terras e uma série de fatores, todos negativos, levam as pessoas a duvidarem do seu amanhã – assinalou Mozarildo.

O senador informou ainda que, na parte norte do estado, nos municípios atingidos pela demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, cidades centenárias deverão ser extintas, e seus moradores estariam "vivendo o pesadelo" de ver funcionários da Funai avaliar suas propriedades para desapropriação.



Ramez Tebet critica a falta de investimento em obras e pede redução no pagamento de juros

Tebet: é preciso investir e pagar menos juros

Ao abordar o surgimento de focos de febre aftosa no rebanho de seu estado, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou do governo federal a realização de mais obras e a diminuição do pagamento de juros da dívida pública. Na visão do senador, o governo gasta mal os escassos recursos disponíveis, uma vez que apenas paga juros e não faz obras que beneficiem a população.

– Venho aqui pedir mais investimentos. Havia no Orçamento só R\$ 35 milhões para defesa animal e, além disso, só gastamos 4% desse total. O que adianta fazer essa economia e não investir? – questionou.

Tebet criticou ainda o processo de elaboração do Orçamento da União e o contingenciamento de recursos destinados a emendas individuais.

Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) reclamou da falta de investimentos nos municípios e do congelamento de emendas individuais.

Aprovado requerimento de informações

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador José Agripino (PFL-RN) que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações sobre a realização de auditoria na atuação do Ministério da Agricultura em relação à sanidade animal nas áreas de fronteira. A intenção do parlamentar potiguar é saber se foram tomadas providências para prevenir a atual crise da febre aftosa no país.

Para Tourinho, autor do substitutivo acolhido pela CI, o projeto beneficia usuários e operadoras, e dará transparência à cobrança dos serviços de telefonia fixa e móvel



Proposta aprovada na Comissão de Infra-Estrutura obriga operadora a disponibilizar aparelho para medição de consumo do serviço

Consumidor poderá controlar gastos com uso de telefone

As operadoras de telefonia fixa e móvel serão obrigadas a tornar disponível a seus assinantes a instalação de aparelhos para registro e medição do consumo do serviço. A determinação é da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) a projeto do então senador Arlindo Porto.

A proposta (PLS 39/02), aprovada em decisão terminativa, acrescenta novo inciso à Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/97) para determinar que o usuário do serviço tenha direito “a sistema de registro de medição que permita a verificação do consumo efetivo de serviços de telecomunicações, indepen-

dentemente dos documentos de cobrança apresentados pelas respectivas operadoras”.

Para Tourinho, a proposta traz vantagens tanto para os consumidores, que ganham transparência na cobrança e no faturamento dos serviços de telefonia, como para as operadoras, que terão como contestar eventuais reclamações improcedentes dos usuários.

– A possibilidade de verificar o consumo aferido por aparelho próprio do usuário e confrontá-lo com a fatura propicia melhores condições de impugnar eventuais cobranças indevidas – afirmou.

Rodovia

A comissão também aprovou parecer favorável de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto (PLS 14/05) que inclui na relação

das vias do Sistema Rodoviário Federal o trecho, de 268 quilômetros de extensão, que interliga a BR-381 à BR-116, unindo as cidades mineiras de Mantena e Ubaporanga, na fronteira com o Espírito Santo. A matéria, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e que agora vai ao exame do Plenário do Senado, é justificada pela importância da rodovia para o desenvolvimento da região.

Na mesma reunião, o presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI), designou uma comissão de três senadores, presidida por Gerson Camata (PMDB-ES), para acompanhar o acordo de venda da Varig para a companhia aérea portuguesa TAP.



Pesquisadores discutem problemas da propriedade industrial em audiência na CMA, presidida por Quintanilha (terceiro à esquerda)

Para especialistas, corte de verba atrasa concessão de patente

O contingenciamento de verbas pelo governo está “sucateando” o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) e prejudicando a tramitação de processos de concessão de patentes no órgão, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Essa foi a opinião dos convidados da audiência realizada ontem na Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O encontro foi proposto por Ney Suassuna (PMDB-PB).

Para o vice-presidente do Inpi, Jorge de Paula Costa Ávila, o maior problema enfrentado hoje pela autarquia está relacionado à falta de recursos humanos.

Também participaram do debate os representantes da Asso-

ciação Brasileira das Empresas de Biotecnologia, Aloizio Borém; da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, Otto Licks; e da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Nelson Brasil; além da diretora-executiva da Embrapa, Tatiana de Abreu Sá, e do diretor jurídico da Natura, Antônio Carlos Siqueira da Silva.

Demora no registro de agrotóxicos genéricos é debatida em audiência

A demora no processo de registro de agrotóxicos e medicamentos veterinários equivalentes a marcas comerciais – os chamados genéricos – foi uma observação comum entre os participantes da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Luiz Cláudio Meirelles, afirmou que o atraso se deve a demora nas decisões judiciais.

O registro de produtos genéricos demanda tempo porque o processo passa por várias fases, disse o representante da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luís Eduardo Rangel. Ele explicou que, no caso de registro de um produto novo, são realizados testes para avaliar o índice de risco à população. Com relação ao genérico, especialistas dos ministérios da Saúde, do Meio Ambiente

e da Agricultura comparam as características do insumo com o produto que já está no mercado para assegurar o mesmo perfil e eficiência.

Para o representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Márcio Freitas, as dificuldades de registro dos genéricos ocorrem devido a disputas comerciais e aos interesses de grandes redes.

Já Túlio de Oliveira, representante da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos, frisou que o processo de registro de produtos equivalentes pode ser simplificado, pois, como o produto original já é conhecido, a avaliação do genérico pode ser rápida.

Para o presidente da CRA, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), o governo não prioriza a agropecuária. Ele criticou a carência de recursos para um setor que envolve interesse público e defesa da população.



No debate promovido pela CRA, convidados pedem agilidade na aprovação dos genéricos

Alto custo dos insumos agrícolas no Brasil reduz competitividade do setor

O senador Gilberto Goellner (PFL-MT) disse ontem, durante a audiência realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que os agricultores reclamam do alto custo de produção e afirmou que a agilização do processo de registro de insumos genéricos vai possibilitar um mercado mais competitivo.

Para o técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), João Carlos de Souza Carvalho, o preço dos insumos agrícolas no Brasil é alto devido à política de registro dos produtos. Segundo observou, essa política favorece a concentração de empresas e interfere na livre concorrência. Ele destacou que agricultores brasileiros estão falidos e compram insumos do Uruguai, onde alguns produtos são até 276% mais baratos que no Brasil.

O aumento do agronegócio brasileiro não teve o aumento proporcional da infra-estrutura

para atendimento das demandas, conforme o diretor de programas da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eleotério da Silva. Ele informou que ocorre quatro vezes mais investimento na área animal do que na vegetal e ressaltou que há necessidade de um trabalho equitativo entre a pecuária e a agricultura no país.

A deputada Kátia Abreu (PFL-TO), que é membro da CRA da Câmara dos Deputados, assegurou que apenas 12 empresas controlam 90% do mercado de insumos agrícolas na América Latina. Ela disse que o negócio dos agrotóxicos é crescente e traz prejuízo à agricultura, principal participante da balança comercial brasileira.

Por sugestão da deputada, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, poderá debater o assunto em audiência conjunta das comissões da Câmara e do Senado.